

Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 — resultados preliminares *

Eulalia Maria Lahmeyer Lobo **

Octavio Canavarros, Zakia Feres, Sonia Gonçalves, Lucena Barbosa Madureira ***

1. Introdução. 2. Evolução dos preços e do índice do custo de vida no Rio de Janeiro.

1. Introdução

A história quantitativa está-se tornando um instrumento cada vez mais utilizado para se reconstituir de forma objetiva o passado, principalmente a partir de 1930, quando foi instituído o Comitê Internacional de História de Preços, que estabeleceu métodos e padrões para o levantamento de dados e promoveu a publicação de séries de preços para vários países.

No entanto, a elaboração de séries que remontassem a época mais afastada esbarrava em dificuldades crescentes, devido à falta de estatísticas,

* Os autores agradecem à Fundação Ford, que concedeu bolsas e ajuda financeira para a realização desta pesquisa, à Fundação Getúlio Vargas, que ofereceu assistência técnica e material, ao Social Science Research Council, que deu bolsas por um período de seis meses para ser feito o levantamento de salários, e expressam o seu reconhecimento pela preciosa cooperação prestada pelo Professor Roger Walker, Dr. Peter Hakim, Professor Anibal Villela, Professor Moacir Fioravante, Simone Novais, Dr. Augusto Camossa, Dr. Carlos Jorge, Dr. José da Silva Rocha. Agradecem ainda ao Professor Moacir Fioravante que preparou o apêndice estatístico sobre a estrutura e metodologia utilizada no cálculo dos índices de preços da alimentação, publicados neste estudo.

** Professora de história da América Latina, University of South Carolina.

*** Bacharéis e licenciados em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

à má conservação dos documentos, ao desinteresse dos arquivos públicos, em geral, pelos dados de tipo quantitativo.

Vários pesquisadores fizeram restrições ao método de análise baseado em séries de produção, preços, etc., na interpretação de sociedades pré-industriais. Ruggiero Romano, por exemplo, assinalou que numa sociedade pré-industrial os ciclos de curta duração são mais acentuados do que os de longa duração, ao contrário do que ocorre nas sociedades industriais.¹

Também é óbvio que a importância da circulação monetária é muito variável conforme a natureza da economia. Na América Latina, no século XVIII, uma boa parte dos intercâmbios ainda se fazia na base da troca, numa economia predominantemente agrária e dependente das metrópoles. Essas características refletiam-se, segundo Romano, na fuga da moeda do âmbito colonial, na escassez da moeda fracionária, no uso de vales, no fraco valor do meio circulante, na deficiência do sistema de crédito e na emissão de papel-moeda, tendo como lastro estoques de mercadorias. Portanto, apesar da acentuada elevação de preços que acompanhou a expansão econômica na Europa Ocidental, na segunda metade do século XVIII, e que repercutiu na América Latina através da recuperação da atividade mineradora e do comércio de metais preciosos, produtos tropicais e couro, esta região teria permanecido, em larga medida, fora da economia de mercado.

Romano estudou a evolução dos preços, em Santiago do Chile, entre 1765 e 1810, de 15 mercadorias, verificando que os preços de 12 não sofreram oscilações significativas e de três (chocolate, lenha e ladrilhos) baixaram. Obteve resultados similares em pesquisa realizada em Buenos Aires. O comportamento dos preços nessas cidades foi considerado, ao menos em parte, como resultante da superprodução da pecuária e da agricultura devido à pequena dimensão e à falta de dinamismo do mercado interno. Essas atividades requeriam escassa mão-de-obra e o comércio era controlado pelos grandes proprietários ou pelos mercadores estrangeiros que contribuíam para a evasão da moeda. Nessas condições o nível salarial manteve-se estável durante o período de prosperidade do final do século.

¹ ROMANO, Ruggiero. *Cuestiones de historia económica latino americana*. Facultad de Humanidades y Educación, Universidade Central de Venezuela, 1965. (Publicaciones de la Escuela de Historia, Série Varia, 2)

Quanto aos produtos provenientes da Europa, na sua maioria manufaturados, os preços já seriam tão elevados no século XVII, na América Latina, que teriam absorvido a alta que ocorreu nos países de origem, no século XVIII, aliás menor do que a dos produtos agrícolas.

O Professor Harold Johnson² apresentou um trabalho no Congresso de História do Brasil Colonial, realizado na Newberry Library, em Chicago, em que analisou, entre outros aspectos, as hipóteses de Romano em relação ao Rio de Janeiro. Verificou que seis dos preços referentes a cal, escravos, cachaça, tijolos, arroz e feijão apresentavam uma tendência ascensional enquanto que seis outros: milho, mandioca, vinho, azeite doce, aguardente de uva e vinagre sofriam apenas uma pequena elevação. Finalmente, observou ainda que os preços da cêra e toucinho mantinham-se estáveis, os do açúcar, farinha de trigo e carne seca declinaram e o da manteiga flutuava sem uma tendência discernível a longo prazo. O autor julga que os preços indicariam a existência, no Rio de Janeiro, de uma economia dual, compreendendo um setor da população que vivia em nível de subsistência, enquanto outro estava entrosado numa economia capitalista orientada para o mercado exportador, cujo lucro dependia da demanda externa. Os preços de produtos como a cêra e o toucinho estariam dentro da economia de subsistência, enquanto os dos produtos de exportação seriam regulados pelos do mercado externo e os de importação pelos do país de origem.

Um dos objetivos desta pesquisa foi o de analisar, por meio dos preços, a natureza da economia do Rio de Janeiro no século XIX e o processo de transição para uma sociedade capitalista no Rio de Janeiro.

Teve-se também em vista usar os preços como indicadores para estabelecer uma periodização mais objetiva, para estudar a industrialização, o modelo exportador da economia e a evolução do padrão de vida nessa cidade.

Procurou-se evitar uma aplicação mecânica de métodos e conceitos incompatíveis com a realidade brasileira e usar a quantificação não como um fim em si mas como um instrumento para complementar a interpretação qualitativa da evolução das estruturas históricas.

A escolha do Rio de Janeiro deve-se não só à relativa abundância de fontes sobre a vida econômica da cidade, como à maior validade de

² JOHNSON, Harold. *Rio de Janeiro, a preliminary inquiry into money, prices and wages (1763-1823)*. 1969. mimeogr.

uma pesquisa de preços numa sociedade urbana, num grande pôrto vinculado ao comércio internacional, ao de cabotagem e ligado a um vasto *hinterland*.

A seleção dos produtos baseou-se no critério de sua importância na alimentação e da comparabilidade com as mercadorias escolhidas por Katia Mattoso para estudo semelhante em Salvador.

Os gêneros escolhidos foram os seguintes:

1. Feijão prêto (Na contabilidade da Santa Casa de Misericórdia não figura a variedade e a proveniência).

No *Jornal do Commercio* as designações variam sendo escolhidas as semelhantes: superior até 1872; nôvo de 1877 a 1889; de Pôrto Alegre de 1890 a 1915; superior de 1918 a 1925; especial de 1925 a 1926; superior de 1928 a 1930.

2. Arroz (de Iguape de 1865 a 1888; nacional de 1889 a 1910; nacional superior de 1910 a 1914; nacional especial de 1916 a 1927; nacional especial agulha de 1928 a 1929; brilhado de segunda de 1929 a 1930).

3. Carne sêca do Prata.

4. Farinha de mandioca (de Magé de 1864 a 1868; de Suruy de 1869 a 1870; de Magé de 1870 a 1878; de Suruy de 1879 a 1889; de Magé de 1890 a 1900; de Suruy 1901; de Magé de 1902 a 1903; especial fina de 1908 a 1916; de Pôrto Alegre especial de 1918 a 1925; de primeira de 1926 a 1927; de Pôrto Alegre especial de 1929 a 1930).

5. Farinha de trigo (de Baltimore de 1864 a 1869; de Richmond em 1870; de Baltimore em fins de 1870; americana de primeira de 1871 a 1908; Moinho Fluminense de S. Leopoldo ou Moinho Inglês de São Leopoldo de 1908 a 1930).

6. Açúcar mascavinho (de Campos e na falta dêste, mascavinho do Nordeste de Pernambuco ou Maceió).

7. Café (primeira boa, em 1865; primeira regular de 1866 a 1887; tipo 6).

8. Bacalhau em tina (de Halifax, Gaspe, C.R.C., Peixeling — qualidade inferior de bacalhau).

9. Carne fresca de vaca.

10. Manteiga (da França Magny Isigny até 1916 e de fins de 1916 a 1930 de Minas Gerais e do Estado do Rio) .
11. Toucinho de Minas Gerais.
12. Azeite de iluminação.
13. Pano de algodão (Morim) .

A maioria dessas denominações referem-se ao mesmo produto. Quanto ao açúcar, em vários anos deixou de aparecer no mercado do Rio de Janeiro o mascavinho de Campos, substituído pelo mascavo do Nordeste.

A farinha de mandioca de Magé e Suruy é do mesmo tipo da de Pôrto Alegre, porém o abastecimento da praça do Rio de Janeiro passou a ser feito pelo sul a partir de certa data.

O levantamento de dados foi feito nos arquivos da Santa Casa da Misericórdia; da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e no *Jornal do Commercio*.

1.1 Santa Casa da Misericórdia

Livros de Receita e Despesa n.ºs 18 (1815 a 1819) ; 19 (1820 a 1824) ; 21 (1828 a 1829) ; 23 (1833 a 1835) ; 27 (1837 a 1838) ; 29 (1839 a 1840) ; 31 (1841 a 1842) ; 31 (1843 a 1844) ; 35 (1845 a 1846) . Os Livros de Receita e Despesa n.ºs 37, 39, 43 e 44 não contêm dados sôbre preços e todos os demais livros a partir de 1847 já não existem. Nesses livros nem sempre é registrada a quantidade da mercadoria e às vêzes a unidade de medida é difícil de ser conhecida.

1.2 Ordem Terceira de São Francisco da Penitência

Livros de Receita e Despesa do n.º 1 ao n.º 322, que compreendem o período de 1827 a 1930. Nessas fontes foram pesquisados apenas os preços de quatro produtos que não apareciam nas listas do *Jornal do Commercio*: carne fresca de vaca, toucinho, pano de algodão, azeite de iluminação. Os registros nesses livros são mais detalhados do que nos da Santa Casa da Misericórdia. Também foram levantadas, nessas fontes documentárias, as séries de salários.

O *Jornal do Commercio* publicou, a partir de 1840, uma lista semanal ou quinzenal de preços do mercado, intitulada de 1840 a 1870 "Pre-

ços Correntes da Praça"; de 1870 a 1900 "Revista do Mercado" e de 1900 a 1930 duas: "Revista do Mercado" e "Gêneros de Consumo".

Nas Instituições as medidas usadas foram alqueires e sacos de farinha de mandioca, arroz e feijão; arrobas e libras de farinha de trigo, de açúcar, de café, de carne seca, de manteiga, de toucinho e de carne fresca; sacos, barricas, arrobas de bacalhau; medidas, barris e pipas de azeite de iluminação; varas e jardas de algodão. No *Jornal do Commercio* as unidades para a cotação de preços eram as seguintes: saco, medido em litros e depois em quilos, de arroz, de farinha de mandioca e de feijão; saco e barrica de farinha de trigo; lata e arrôba de manteiga; arrôba, saco e quilo de café; arrôba e quilo de toucinho e carne seca; quintal, tina e caixa de bacalhau.

Alguns dados tiveram de ser desprezados pela impossibilidade de se conhecer a unidade, como por exemplo, saco e barrica de bacalhau, pipa e barril de azeite, peça de pano de algodão. Foi também rejeitada a caixa de bacalhau, apesar de se conhecer o seu peso, porque o produto embalado dessa forma era de proveniência e qualidade diferentes do importado em tina para o qual se obtivera uma série relativamente completa. Para se estabelecer a capacidade dos sacos usados na contabilidade da Santa Casa da Misericórdia, que nem sempre era especificada, foi necessário comparar-se com os da mesma época e contendo o mesmo produto que figuravam na contabilidade da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e dos hospitais militares que registravam capacidade e preço.

Finalmente, foi preciso uma pesquisa bastante extensa para se fixar o peso do conteúdo da tina de bacalhau, da barrica de farinha de trigo e se fazer a conversão dos litros de grãos e farinhas e de outras medidas ao sistema métrico.

Labrousse³ criticou o levantamento de preços em Instituições devido a possibilidade de distorção decorrente de contratos de fornecimento a longo prazo, de descontos e considerou as tabelas de preços oficiais mais sensíveis às variações da oferta e demanda no mercado. No período de 1820 a 1930 necessitou-se recorrer às Instituições e ao *Jornal do Commercio*. Houve, no entanto, uma constante preocupação de manter o má-

³ LABROUSSE, C. E. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIème siècle*. Paris, 1933.

ximo possível de homogeneidade interna dos dados. Como as Instituições não anotam a proveniência dos produtos e a qualidade só de forma genérica, foram escolhidas nas listas do *Jornal do Commercio* as qualidades e proveniências que apresentassem o máximo de compatibilidade de preços. Também se adotou o critério de registrar os preços mínimos no *Jornal do Commercio*, considerando que os das Instituições deviam ser um pouco abaixo dos da praça pelos motivos anteriormente apontados. Como existe um período de superposição de dados da Santa Casa da Misericórdia, da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e do *Jornal do Commercio*, foi possível fazer uma comparação dos preços e verificar que não havia discrepância entre eles. A partir de 1840 os preços de nove produtos foram levantados no *Jornal do Commercio*, de três (carne fresca de vaca, pano de algodão, azeite de iluminação) só em Instituições e do toucinho nas duas fontes.

Não se pôde incluir neste artigo os preços do azeite de iluminação, pano de algodão e carne fresca de vaca porque a pesquisa na Ordem Terceira de São Francisco da Penitência só terminava em fins de dezembro.

Na programação para o computador foram estabelecidas as medidas anuais, os índices, e empregado o processo do desvio-padrão para a análise das séries. O número de dados obtidos só permitiu formar séries anuais e assim mesmo com algumas interrupções.

2. Evolução dos preços e do índice de custo de vida no Rio de Janeiro

Observando-se em conjunto a evolução dos preços dos principais gêneros de consumo no Rio de Janeiro nota-se uma tendência geral mais acentuada para a inflação na segunda metade do século. Praticamente os preços de todos os produtos estudados apresentam uma elevação a partir de 1853, excetuando-se a farinha de trigo que seguiu a mesma orientação a partir de 1863.

A relativa estabilidade de preços do início da década dos 20 a meados do século contrasta com o período de 1814 a 1823, estudado por Johnson, que assinalou uma inflação decorrente do considerável aumento das emissões de papel-moeda, da vinda da família real, do crescimento da população, que teria acelerado a circulação dos meios de pagamento.

Não se nota de 1820 a 1930 a discrepância apontada por aquele autor, para o período precedente, entre uma tendência à estabilidade de merca-

dorias provenientes de uma economia de subsistência e uma tendência à flutuação cíclica dos produtos ligados a uma economia de mercado.⁴

No Rio de Janeiro, já no século XVIII, os comerciantes constituíam um grupo social distinto dos grandes proprietários e em parte autônomo, pois mantinham por conta própria comércio de cabotagem, com a África e o Prata e eram consignatários de casas portuguesas para certas mercadorias, mas negociavam independentemente com alguns gêneros importados do reino. Em Santiago, o comércio era dominado pelos comerciantes de Lima, que monopolizavam os meios de transporte marítimo, impunham o preço para o trigo e outros produtos e drenavam o meio circulante. Buenos Aires estava ainda em luta com Lima para adquirir autonomia.⁵ No Brasil, a quebra dos laços comerciais com a metrópole, decorrente da invasão napoleônica, deve ter contribuído para uma maior autonomia dos comerciantes do Rio de Janeiro e uma menor fuga do meio circulante, exceto quando a família real, a corte e a alta burocracia regressaram ao reino. Nessa oportunidade converteram o papel-moeda em moeda metálica no Banco do Brasil, fundado em 1809, fazendo a caixa dêsse estabelecimento baixar para 200 contos apenas. Gradualmente se extinguiu a exportação para a metrópole de moedas cunhadas no Rio de Janeiro e de metais preciosos para saldar a balança comercial deficitária da Colônia.

Em 1829 a circulação fiduciária elevava-se a 19.174 contos, que o Banco do Brasil teve de reembolsar ao ser fechado, o que equivalia à dívida do Tesouro à caixa do Banco do Brasil (18.301 contos).

A circulação da moeda de cobre desvalorizada que provocava a fuga e o entesouramento da moeda de prata e de ouro, a crise da mineração e da produção agrícola contribuíam para uma tendência inflacionária.

O governo procurou sanar o problema estabelecendo nova circulação monetária em 1833, fixando o câmbio oficial em 43^{2/10} pence o mil-réis.

Por volta de 1835 começou a se estabelecer uma circulação monetária nacional e a declinar a especulação com as moedas provinciais de valores

⁴ JOHNSON, Harold. *Rio de Janeiro, a preliminary inquiry into money, prices and wages*, (1763-1823). 1969. mimeogr.

⁵ CASTILLO, Guillermo Cespedes del. *Lima y Buenos Aires. Repercusiones económicas y políticas de la creación del Virreinato del Plata*. Escuela de Estudios Hispano-Americanos, Sevilla, 1947. LAHMEYER LOBO, Eulalia Maria. *Rio de Janeiro*; e Charleston, S. C. *As comunidades de mercadores no século XVIII. Journal of Inter American Studies and World Affairs*, University of Miami, out. 1970.

diversos que eram recunhadas. Em 1837 o Tesouro recolheu a moeda de cobre desvalorizada e em parte falsificada, custando essa operação 35.000 contos de réis.

Por outro lado, o crescimento demográfico e da produção compensavam em parte as emissões. De 1822-34 a 1839-40 as importações cresceram de 36.237 a 52.358 contos e as exportações de 33.000 a 43.192 contos, detendo-se a baixa do câmbio no nível entre 26 e 31 pence.⁶

Em 1838 fundava-se o Banco Comercial do Rio de Janeiro, que foi incorporado em 1853 ao terceiro Banco do Brasil e que emitia papel-moeda.

O segundo Banco do Brasil, estabelecido em 1851, e que também emitia papel-moeda, foi dissolvido pelo governo em 1853. Entre 1808 e 1855 concederam-se cinco autorizações para a organização de bancos na Côrte e província do Rio de Janeiro.

Nessa fase de gradual monetarização do sistema econômico os maiores lucros advinham das emissões. O sistema de crédito estava vinculado sobretudo às atividades comerciais e não aos investimentos na produção ou na infra-estrutura.⁷ Além dos bancos e das casas de seguro já existiam na praça do Rio de Janeiro, em 1824, 52 comerciantes estrangeiros e 250 nacionais registrados, que abriam crédito para as compras por atacado ou a retalho no mercado interno. Andrews⁸ afirmava que, em 1882, ainda se mantinha no Rio a tradição da venda a retalho a crédito, em geral por 12 meses. Os compradores que pagassem à vista tinham um desconto de 12 a 14%. As pequenas transações diárias eram feitas com as moedas de cobre que se desvalorizaram da cotação de 40 réis em 1837 para 80 em 1838. As moedas de ouro e prata cunhadas no Brasil circulavam raramente nos negócios, sendo empregado, de preferência, nas transações de maior vulto o papel-moeda emitido pelo banco.

⁶ CALÓGERAS, Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. p. 210 e *Politique monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro, 1910. A população do Rio de Janeiro elevou-se de 79.327 habitantes em 1821 para 274.972 em 1872 (Harold Johnson trabalho citado).

WILEMAN, J. P. *The Brazilian year book*. 1909. p. 35 e *Diccionario historico geographico e ethnografico do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.

⁷ HASENBALG, Carlos A. BRIGAGÃO, Clovis & LEITE COSTA, Fernando José. *O setor financeiro no Brasil: aspectos históricos*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1970. mimeogr.

⁸ ANDREWS, Christopher Columbus. *Brazil its condition and prospects*. New York, D. Appleton and Company, 1887. p. 63 e seg. (o autor partiu do Rio de Janeiro no verão de 1882).

ALMANAQUE do Rio de Janeiro para o ano de 1824. Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 278 jan./mar. 1968.

Os comerciantes ofereciam crédito aos trabalhadores manuais até o valor da metade de seu salário. As dívidas com a farmácia e os médicos geralmente eram liquidadas prioritariamente. Os produtos do país eram vendidos usualmente a crédito com prazo de três meses. Negociava-se o café, a carne e o peixe frescos, o bacalhau, o sal, o querosene e a lenha à vista, a farinha a seis meses de crédito ou à vista com 6% de desconto. No comércio por atacado os prazos dos créditos costumavam ser mais longos. John M. Baker⁹ descreve o sistema de compra do café pelos Estados Unidos e analisa alguns aspectos da flutuação do câmbio "... generally the amount necessary for the purchase of a cargo of coffee is remitted in bills on London. When bills are not sent, specie is remitted, say in gold, Spanish doblones or in silver Spanish pillared dollars. This money is exchanged at the most favorable rate for paper currency of the country to satisfy the payment of the produce purchased. The commercial transactions at Rio de Janeiro as regards operations of paper are influenced by the amount of bills in market on London or vice-versa. Considerable sums are required for remittance at all times to satisfy in part the amount of heavy shipments of manufactured goods constantly sent from England, Ireland and Scotland to their factors or agents here. Therefore the rise or fall of exchange between this city and London wholly depends upon casualty which cannot be foreseen and the case has occurred, when on the meeting upon the exchange at the hour of ten, bills have been sold for thirty six pence sterling per mil-réis and before exchange hours were over, operations have been transacted at thirty four and even thirty two pence per mil-réis and upon other occasions vice-versa, thence the instability and fluctuations of exchange in this city."

O câmbio da moeda norte-americana era nominal, saques sobre os Estados Unidos raramente podiam ser negociados. As moedas de ouro e prata eram objeto de câmbio especulativo que dependia do câmbio do papel-moeda em Londres. O dólar espanhol flutuava de acôrdo com a quantidade de moedas de prata e ouro no mercado, cujo valor era regulado pelo câmbio em Londres.

Em 1846 foi estabelecida a paridade do mil-réis em 27 pence e de 1842 a 1864 o câmbio estabilizou-se entre 26,3/4 pence a 29,11/16, o mil-réis no mercado de Londres.¹⁰

⁹ BAKER, JOHN M. *A view of the commerce between the United States and Rio de Janeiro, Brazil*. Washington D. C., 1838. p. 10 e seg.

¹⁰ ELLIS JUNIOR, Alfredo & ELLIS, Myriam. *A economia paulista no século XVIII*. São Paulo, 1950. Os autores atribuem grande importância ao ciclo do açúcar paulista como fator que atenuou a desvalorização.

Os bancos da primeira metade do século não sobreviveram na segunda e os desta fase também se caracterizaram por grande instabilidade. Do total dos bancos criados entre 1850 e 1860 só dois subsistiram.

Apesar do café se autofinanciar em larga medida, o sistema bancário expandiu-se em parte em função dessa lavoura. Os comissários eram os banqueiros diretos dos cafeicultores, porém os estabelecimentos de crédito, apesar de se recusarem a aceitar endosso de fazendeiros, emprestavam ao comissário, a sua firma ou sob letras endossadas por outros comerciantes. De meados do século XIX à década dos 70 as casas de exportação britânicas mais importantes estavam no nordeste devido ao aumento da exportação do açúcar para a Inglaterra, após a abolição dos direitos de importação neste país. No entanto, já em 1842 e 1850 as firmas inglesas E. Johnston & Co. e Philip Brothers & Co. e a norte-americana Maxwell Wright & Co. negociavam com café. A primeira exportava 94.000 sacas em 1850 e meio milhão em 1870. As firmas exportadoras estrangeiras e nacionais compravam dos comissários que eram quase exclusivamente brasileiros e se concentravam no Rio de Janeiro e em Santos. O investimento britânico direto na lavoura do café foi limitado, o que permitiu que uma parte dos lucros não reinvestidos na lavoura ou no tráfico negreiro se canalizasse para a indústria. O capital e crédito estrangeiros, sobretudo britânico, concentravam-se na infra-estrutura, transportes, serviços urbanos, indústria e exportação. Em 1880 o valor nominal do capital britânico investido no Brasil atingia a soma de £ 38.8 milhões.¹¹

É portanto natural que à medida que avança o século XIX os possíveis sintomas de uma economia dual tendessem a desaparecer no Rio de Janeiro e que os preços dos produtos básicos de consumo interno se entrosassem numa economia de mercado.

Ao compararmos a evolução dos preços em libras-ouro no mercado externo do café, açúcar branco e algodão, que chegaram a representar 80% do valor das exportações do Brasil, estudados por Thomaz Pompeu Accioly Borges¹² com a dos principais gêneros de alimentação no mer-

¹¹ HASENBALG, Carlos A., BRIGAGÃO, Clovis & LEITE COSTA, Fernando José. *O setor financeiro no Brasil: aspectos históricos*. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1970. p. 20-21. GRAHAM, Richard. *Britain and the onset of modernization in Brazil 1850-1914*. Cambridge University Press. p. 15-74.

¹² ACCIOLY BORGES, Thomaz Pompeu. Estudos especiais, a conjuntura no Brasil desde 1822. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2, abr. 1948.

cado interno do Rio de Janeiro, notamos uma tendência geral à elevação, na segunda metade do século, comum a ambos, mas uma contradição nos ciclos menores no século XIX.

Se analisarmos primeiro o período da Proclamação da Independência a meados do século, notamos que de acôrdo com os dados de Borges os preços do café revelavam uma tendência à baixa até 1830 e os preços dos demais produtos de exportação entraram em declínio a partir de 1826.

No entanto, os preços dos gêneros de alimentação no Rio mostraram uma tendência à alta a partir de 1826.¹³

Considerando que o Rio de Janeiro desde o período colonial importava produtos do sul (farinha de trigo, charque do Rio Grande do Sul, peixe de Santa Catarina) e abastecia as tropas envolvidas nos conflitos da fronteira meridional a alta dos preços dos gêneros de consumo básicos deve estar ligada à revolta na Cisplatina (abril de 1825), à incorporação da Banda Oriental pela República Argentina (outubro de 1825) e ao bloqueio de Buenos Aires. Dessa forma, durante o primeiro reinado tem-se o efeito conjugado, ao menos no Rio de Janeiro, da baixa dos preços dos produtos de exportação com a alta dos alimentos essenciais, contribuindo para gerar a crise de abril de 1831 e a Abdicação.

Em 1831 e 1832 houve uma alta dos preços dos principais produtos de exportação no mercado externo, porém sem recuperar os níveis de 1826, e a essa elevação relativa sucedeu uma baixa que se tornou mais acentuada de 1837 a 1845 e em 1848, acompanhando a conjuntura dos países capitalistas dominantes, Inglaterra, França e Estados Unidos.

Os preços no mercado do Rio elevaram-se de 1832 a 1840, excetuando-se uma queda relativa de alguns produtos de 1837 a 1842.

A alta do charque de 1835 a 1838 e a baixa acentuada em 1842 parece diretamente ligada à Guerra Farroupilha, que dificultava a importação desse produto do Rio Grande do Sul e do Prata. A elevação dos preços da mandioca (1835 a 1839), do toucinho (1836 a 1838), do açúcar mascavo (1834 e 1836 e em 1839) e o bacalhau (1835 a 1838) parecem derivar do aumento da demanda e da necessidade de abastecer as tropas e quanto ao bacalhau da redução da capacidade de importar.

¹³ Farinha de trigo (de 1826 a 1830); feijão (de 1826 a 1828); farinha de mandioca (de 1824 a 1828); açúcar mascavo (de 1826 a 1830); arroz (de 1827 a 1828); bacalhau (de 1827 a 1829).

O período da Regência corresponde, portanto, em termos gerais a uma fase de depressão dos preços de exportação e de alta dos preços no mercado do Rio de Janeiro.

Sòmente a publicação das pesquisas sòbre preços em Recife e Salvador dará melhor idéia se a inflação interna era um processo mais amplo, porém no Rio de Janeiro os preços externos e internos convergem para criar um clima de instabilidade e agitação.

Accioly Borges assinalou um forte declínio dos produtos de exportação em 1848, seguido por uma fase de prosperidade de 1850 a 1853.

Os preços internos evoluíram de forma inversa, mantiveram-se, em geral, altos durante a crise de 1848 e caíram drásticamente nos anos de 1850 e 1851, exceto os do mercado interno do café que baixaram em 1848 e subiram no ano seguinte.

Esse contraste poderia ser interpretado como resultante da pacificação interna conjugada à maior capacidade de importação.

Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX observa-se uma tendência acentuada à elevação dos preços em geral. No entanto, manteve-se a contradição nos ciclos menores.

Os preços de exportação do açúcar, algodão e café passaram por um período de instabilidade de 1853 a 1860, seguido de uma alta de 1860 a 1864, à qual sucedeu um quadriênio de depressão de 1865 a 1868. Nesse período ocorreram as crises bancárias de 1857-58 e de 1864. O preço do café tornou a subir ligeiramente, mas sofreu outra queda em 1873. Em 1879 o Brasil emergia da depressão, porém o preço do café baixava em 1880, o do açúcar em 1881 e o do algodão em 1882. Finalmente de 1887 a 1889 recuperavam-se as exportações. De 1890 a 1895 declinavam os preços, elevando-se em 1909 e 1912, para tornar a cair de 1913 a 1914. Os preços da farinha de trigo, do feijão e da farinha de mandioca conservaram-se em alta de 1853 a 1856, os do arroz e do açúcar mascavo de 1851 a 1853; os do charque, do bacalhau, do café, de 1852 a 1855, e o da manteiga de 1851 a 1855. Essa tendência deve depender, ao menos em parte, da guerra com o Uruguai e da invasão da Argentina (1851-1852). Entre 1859 e 1863 os preços declinaram exceto o preço interno do café, que se elevou de 1859 a 1860. A farinha de mandioca, o feijão, a farinha de trigo e o açúcar baixam de 1861 a 1863, o arroz em 1861, o charque de 1859 a 1862, o bacalhau de 1860 a 1861 e a manteiga em 1860. A pacifi-

cação do sul e o melhor poder de compra decorrente dos preços favoráveis do café devem ter contribuído para essa evolução dos preços no mercado interno do Rio de Janeiro.

Um mecanismo inverso poderia justificar a alta de 1865 a 1870, a guerra contra o Uruguai e o Paraguai associada à depressão dos preços dos principais produtos de exportação e conseqüente restrição das importações, sobretudo de gêneros alimentícios preteridos pela compra de material bélico.

O restabelecimento da paz e a recuperação dos preços do café trouxeram alguns anos de deflação, manifestando-se nova alta por volta de 1889.

O período de inflação variou de duração conforme os produtos,¹⁴ mas sucedeu de imediato à Abolição da Escravatura e parece provir de uma queda da produção da lavoura associada ao câmbio desfavorável para a importação de gêneros alimentícios. Novamente coincidiram a instabilidade política dos primeiros anos da República com a inflação e o declínio das rendas do café de 1890 a 1895. O Encilhamento agravou êsse quadro geral sem conseguir deflagrar um processo de industrialização ou recuperar a economia cafeeira do vale do Paraíba. Finalmente, o aumento da população e a libertação dos escravos deve ter incrementado a circulação monetária.

Os preços dos produtos de exportação mantiveram-se baixos até 1908, com ligeira recuperação em 1892 e 1893 e em 1904.¹⁵

A baixa dos preços internos, a partir de 1898, variou de duração conforme os produtos, mas é geral e se estendeu para algumas mercadorias até 1905. A tendência ao declínio permaneceu para alguns gêneros

¹⁴ Charque, bacalhau, café (no mercado interno) de 1889 a 1894, arroz e açúcar de 1890 a 1893, farinha de mandioca de 1893 a 1896, bacalhau de 1897 a 1898, feijão de 1888 a 1889.

¹⁵ Em maio de 1888 o capital das sociedades anônimas do Rio de Janeiro atingia a 411 mil contos, dos quais 118,5 mil de bancos. De maio de 1888 a 15 de novembro de 1889 o capital das novas empresas elevava-se a 403.000 contos, sendo 324 dos bancos. Em 1890 o capital total dos bancos alcançava o nível de 828 mil, 150 contos, 42% do total do capital das sociedades anônimas. Em 1900 ocorria a crise bancária e o investimento de capital estrangeiro declinava. HASENBALG, Carlos A., BRIGAGÃO, Clovis & LEITE COSTA, Fernando. op. cit. na p. 13.

O crescimento do produto nacional elevou-se a uma média de 3,2% ao ano entre 1851 e 1891 e *per capita* a 1,9%. A população do Distrito Federal cresceu de 274.972 habitantes em 1872 para 522.651 em 1890 e 746.749 em 1900.

nos anos seguintes e em 1913-1914 tornou-se pronunciada, exceto para o charque e o toucinho.¹⁶

A baixa dos preços internos parece correlacionada com o declínio do poder aquisitivo, devido à política deflacionária de Campos Salles que provocou redução da oferta de emprego e de salários (1898-1902), somado à crise de superprodução do café, que o Acôrdio de Taubaté não conseguiu solucionar por completo, permanecendo baixos os preços de exportação em 1913 e 1914.

A Guerra de 1914 a 1918 provocou uma alta dos preços de exportação e do mercado do Rio.¹⁷ Os preços dos gêneros de consumo importados experimentaram uma ascensão pronunciada, decorrente da falta de transporte e das dificuldades de exportação nos países de origem. Os dos alimentos produzidos no Brasil e exportados sofreram o reflexo do aumento da demanda externa. Os produtos de consumo interno exclusivo tenderam a substituir os de importação, o que afetou o seu nível de preços.

A grande depressão de 1929 estendeu-se aos preços no mercado do Rio. A redução do poder aquisitivo decorrente da crise do café deve ter sido o principal fator do declínio da demanda e da baixa dos preços.

Os produtos de exportação apresentaram uma tendência ao declínio que precedeu a dos gêneros de consumo interno e de importação.¹⁸

¹⁶ Charque, bacalhau e café declinam de preço de 1899 a 1903; feijão de 1899 a 1900; farinha de trigo de 1899 a 1905; farinha de mandioca em 1898 e de 1900 a 1903; arroz e açúcar mascavo de 1901 a 1902; manteiga de 1901 a 1902; toucinho de 1901 a 1904. Feijão e farinha de trigo baixaram de preço de 1911 a 1913; farinha de mandioca e manteiga de 1911 a 1914; açúcar mascavo de 1913 a 1914; arroz em 1914; café de 1913 a 1915; bacalhau de 1912 a 1913.

¹⁷ Feijão apresenta uma alta em 1914, uma queda em 1915, uma alta em 1917 e 1918. O preço da farinha de mandioca sobe de 1915 a 1918, o do toucinho de 1910 a 1917, o da manteiga de 1915 a 1917, o da farinha de trigo em 1915 e novamente de forma acentuada em 1917 e 1918, o do charque de 1916 a 1917, o do bacalhau, fortemente, de 1914 a 1918, o do café em 1920, o do açúcar mascavo de 1915 a 1916 e de novo em 1917 e de 1918 a 1920 e o do arroz de 1914 a 1915.

¹⁸ O preço interno do café apresenta declínio em 1926-1927, alta relativa em 1928 e baixa em 1929-1930; o do arroz baixa de 1926 a 1929; o do açúcar mascavo de 1925 a 1927 e de 1929 a 1930. O preço da farinha de trigo desce somente em 1930; o do bacalhau em 1930; o da manteiga de 1928 a 1930; o do feijão de 1929 a 1930; o da farinha de mandioca de 1926 a 1927, mantendo-se baixo até 1930.

A criação da Inspectoria Geral de Bancos, que controlava as emissões, deve ter contribuído para evitar crises semelhantes às de 1864 e 1875 em 1900.

A fim de analisar mais objetivamente o funcionamento do mercado interno foram elaboradas curvas às quais se atribuiu pesos para os gêneros alimentares de acôrdo com a sua importância nos índices de custo de vida.

Os índices usados foram os de Leo Affonseca, elaborados em 1919 e empregados por êle nas estimativas para 1914 e 1893.¹⁹

Se bem que o autor não especifique no seu trabalho quantas famílias foram estudadas, nem a que categoria social pertencem, pode-se ao menos deduzir pelo tipo de alimentação (consumo de manteiga, carne verde), pelo valor do aluguel da casa comparado com o da habitação operária e pela inclusão de três empregadas, de que se trata de família do setor médio alto, quanto às suas rendas. Dois índices foram empregados para a classe operária: o da Fundação Getulio Vargas de 1949, com um certo número de reajustes, e outro elaborado por Eulalia M. L. Lobo, usando informações dos Diários da Companhia de Luz Stearica relativas às quantias em réis despendidas *per capita*, por dia, em comedorias com os operários, escravos e colonos. Nessa mesma fonte são registradas as compras de gêneros alimentares o que dá uma idéia sôbre a qualidade dos produtos consumidos. A análise das narrativas de viajantes, o inquérito feito no Rio de Janeiro sôbre a alimentação em 1865, as rações dos escravos da Fazenda Pública e os dados sôbre a comida dos escravos da Santa Casa da Misericórdia fornecem uma base para o conhecimento da composição e quantidade dos alimentos da classe operária antes da Abolição da Escravatura.²⁰ Esse índice foi comparado com os dados fornecidos pelos

¹⁹ AFFONSECA JUNIOR, Leo. *O custo de vida na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1920.

²⁰ ARQUIVO da Fábrica Moinho da Luz, Rio de Janeiro. *Diários da Companhia Luz Stearica*, n.ºs 1, 2, 3, 4.

Decisão n.º 151 do Ministério da Marinha de 25 de agosto de 1829. *Collecção das decisões do governo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1877. p. 131 (Marca as rações que se devem fornecer aos escravos da Fazenda Pública e aos jornaleiros que trabalham no corte de madeiras para o Arsenal da Marinha). Arquivo do Estado da Guanabara, 6-1-25. Conta de despesa que têm feito na prisão do Calabouço dois escravos pertencentes à Câmara. 13 de abril de 1832.

Despesas de comedorias de três escravos da Nação que trabalham no Passeio Público. 22 de março de 1832.

Sousa Costa, Antonio Correa de. *Qual a alimentação de que usa a classe pobre do Rio de Janeiro e sua influência sôbre a mesma classe*. Rio de Janeiro, Tipografia Perseverança, 1865. Tese de concurso de cátedra de Higiene na Faculdade de Medicina. O autor fez um inquérito sôbre alimentação no Rio de Janeiro e conceituou a classe pobre como compreendendo escravos de trabalho agrícola, escravos domésticos, escravos operários (de ganho ou de aluguel), operários livres nacionais e de origem estrangeira e assalariados dos baixos escalões da administração.

Seria demasiado longo enumerar todos os relatórios de viajantes que se referem à qualidade de alimentação dos habitantes do Rio de Janeiro; citaremos apenas os mais importantes:

Luccoçs, John. *Notes on Rio de Janeiro and the Southern parts of Brazil taken during a residence of ten years in that country from 1808 to 1818*. London, Samuel Leighi, 1820. p. 42 e 121.

jornais do proletariado, do início do século XX, relativos ao índice de custo de vida do operário da indústria têxtil no Rio de Janeiro.²¹ O índice da Fundação Getúlio Vargas de 1949 deve ser considerado como o do operariado de renda mais alta se compararmos o tipo de consumo com o do índice elaborado por Eulalia M.L. Lobo.

Se observarmos as curvas dos três índices de custo de vida, notamos que os três seguem a mesma tendência geral de considerável elevação na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX.

O aumento do custo de vida da classe operária é menor do que o do setor médio até 1842 e passa a ser maior a partir dessa data. A distância cresce de 1858 a 1861, reduz-se nos anos seguintes e torna a se acentuar a partir de 1889, atingindo o auge em 1917-18 e 19, período de greves e agitações operárias nos principais centros industriais do país.

Nota-se, portanto, que o primeiro surto industrial da segunda metade do século XIX é acompanhado de forte inflação que afeta predominantemente a classe operária. A ascensão dos preços do café e a reinstalação de uma economia de *plantation* devem ter contribuído para a falta de estímulo na lavoura dos gêneros de consumo interno. Durante o período colonial, a metrópole via-se na contingência de renovar constantemente as leis, obrigando ao plantio de mandioca nas fazendas de cana-de-açúcar. No século XIX, em que não havia esse tipo de leis, o feijão, a farinha de mandioca e o arroz sofrem uma alta proporcionalmente maior do que a dos outros gêneros alimentícios.

HENDERSON, James. *A history of the Brazil comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants*. London, Longman Hurst Rees Brown, 1821. p. 71.

BREMOY, H. Furcy de. *Le voyageur poète ou souvenirs d'un Français dans un coin des deux mondes*. Paris, Furcy Editeur, 1833. p. 76 e seg.

WEECH, Friedrich von. *Brasilien gegenwärtiger Zustand und Colonial System Besonders in Bezug auf Landbau und Handel Zunächst für Auswanderer*. Hamburg, Hoffman und Campe, 1828. v. 1, p. 74 e seg.

PARKINSON, Sydney. *A Journal of a voyage to the South Seas in his Majesty's ship the Endeavour*. London, Stanfield Parkinson Editor, 1773. p. 4.

CALDLEUGH, Alexander. *Travels in South America, during the years 1819, 1820, 1821*. London, John Murray Albemarle, 1825. p. 24 e seg.

WALSH, Robert. *Voyage au Brésil 1828-1829*. Paris, 1831. p. 210 e seg.

ANDREWS, Christopher Columbus. *Brazil its condition and prospects*. New York, D. Appleton and Company, 1887. p. 20 e seg.

MANSFELDT, Julius. *Meine Reise nach Brasilien im Jahre 1826*. Magdeburg, 1828. p. 121 e seg.
SOARES, Ubaldo. *A escravatura da Santa Casa de Misericórdia*. Rio de Janeiro, 1958.

²¹ A voz do trabalhador. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1908. (Órgão da Confederação Operária Brasileira). Os dados sobre alimentação foram submetidos à análise da Professora Lizelote Hoeschl Ornellas, especialista em dietética e que está elaborando uma história da alimentação com ênfase especial no Brasil.

Sòmente após a elaboração, no computador, das séries de salários se terá uma idéia mais concreta sòbre a evolução do poder aquisitivo real. No entanto, podemos apresentar algumas hipóteses preliminares baseadas nos dados sòbre salários, obtidos na Companhia de Luz Stearica e na Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, mesmo antes de se ter as curvas.

A fábrica de velas fundada por João Eduardo Lajoux em 1848 e incorporada pela Companhia de Luz Stearica em 1855, um ano após a organização desta emprêsa como sociedade anônima por Mauá e outros capitalistas, empregava exclusivamente escravos como operários até setembro de 1857, quando começaram a ser contratados colonos. Escravos e colonos recebiam o mesmo alojamento, alimentação, tratamento médico e roupa fornecida pela fábrica. Nos anos de 1857, até a década dos 70, o custo diário *per capita* de alimentação de escravos e colonos era o mesmo e aproximadamente a metade do custo diário da comida dos empregados livres do escritório e caixeiros. O preço dos escravos elevou-se de 140\$000 a 150\$000 em 1820-1821 e em 1842 para 1:100\$000, o que deve ter promovido uma alta salarial. Talvez a percentagem do aumento, de cerca de 700%, fòsse um pouco menor porque o preço de 1:100\$000 era de escravo ferreiro e não se sabe se os preços de 1820-21 eram de escravos especializados.²²

O preço dos escravos do sexo masculino adultos, especializados, que trabalhavam na fábrica de velas atingiu 1:800\$000 em 1857, baixou para cerca de 1:200\$000 no final de 1857, mantendo-se nesse nível até 1864.

Em 1865 o preço variou de 1:270\$000 a 1:600\$000 sendo que sòmente um figura com êste último preço. De 1866 a 1872 o preço ficou estacionário em 1:000\$000. O declínio deve estar relacionado com a campanha e promulgação da Lei do Ventre Livre e com a concorrência da mão-de-obra imigrante. No balanço da firma de 1866 foi registrada a perda de valor dos escravos na importância de 472.920 réis sòbre 17 escravos.

Em março de 1874 figurava o preço de 1:015\$000 e a partir de dezembro dêsse ano os escravos passaram a ser alugados pela fábrica da Companhia, à razão de 20\$000 réis por mês. O aluguel de escravos ele-

²² SOARES, Ubaldo. Op. cit. Rio de Janeiro, 1958. p. 30-31. Contém uma lista de preços de escravos do sexo masculino adultos nos anos de 1820, 1828, 1842, obtidos nos Livros de Receita e Despesa da Santa Casa.

Harold Johnson, *Money, prices and wages 1763-1823*, cita preços de escravos de 51\$200 em 1766 e de 140\$000 em 1820-21, obtidos nos Livros de Receita e Despesa da Ordem Terceira de São Francisco. Nesse período o aumento do custo de escravo de 175% correspondeu à percentagem da elevação salarial.

vou-se de 12\$000 em 1840-1841 para 25\$000 em 1871, baixando para 20\$000 em 1874 e permanecendo igual até dezembro de 1884.²³

A gratificação que os escravos da fábrica recebiam por trabalharem aos domingos era de 1.000 réis por mês de quatro domingos e de 1.125 réis, em média, por mês de cinco domingos nos anos de 1856, 1857 e 1858. De 1859 a 1862 não figuram as gratificações nos Diários da empresa. Em 1863 a gratificação variava de 1.764 réis a 1.911, conforme o número de domingos no mês. No ano seguinte oscilava entre 2.111 e 2.500, em 1873 orçava entre 4.000 e 5.000 réis e em 1874 era de 4.300, sendo, portanto, o aumento de 1856 a 1874 da ordem de grandeza de 400%. Os escravos recebiam também gratificações extraordinárias por conserto de máquinas, por denúncia de roubo. De 1856 a 1873-74 o custo da alimentação de escravos e colonos elevou-se relativamente pouco, de 320 réis por dia, *per capita*, para 400 réis (80%), e do empregado livre de 666 réis para 1.500 réis (44%) em igual período.²⁴ A maior proporcionalidade da elevação dos preços deve ter prejudicado a qualidade e quantidade de alimentos fornecidos.

Os escravos contrabandeados após a abolição do tráfico negro, que fossem capturados pelas autoridades alfandegárias, eram considerados juridicamente africanos livres e o governo leiloava os seus serviços por um período determinado de tempo aos arrematantes que oferecessem melhor preço. Os proventos do leilão constituíam renda do Império. O juiz mais próximo do local de trabalho do africano livre era o curador incumbido de zelar para que fossem bem tratados pelos empregadores. Os africanos livres deveriam ser repatriados à custa de seus salários, que eram inferiores ao valor dos alugueis de escravos, dando margem de lucro ao arrematante.

Em 1857 a fábrica de velas contratou apenas dois colonos, em setembro de 1859 cinco, em março de 1861 dois, em dezembro de 1861 oito, em janeiro de 1862 nove, em abril sete e em junho mais quatro, todos portugueses. As passagens custavam 80.000 réis em 1859, 121.000 em

²³ DIÁRIO da Fábrica de Luz Stearica. 1856-1859. v. 1, p. 201, 316, 370, 414.

DIÁRIO da Fábrica de Luz Stearica. 1859-1865. v. 2, p. 144, 254, 347, 445, 486, 520.

DIÁRIO da Fábrica de Luz Stearica. 1865-1871. v. 3, p. 83, 574.

DIÁRIO da Fábrica de Luz Stearica. 1871-1874. v. 4. p. 136, 183, 251.

DIÁRIO da Fábrica de Luz Stearica. 1874-1878. v. 5, p. 61. Os alugueis de escravos encontram-se no DIÁRIO da Fábrica de Luz Stearica v. 4, p. 91; v. 5, p. 61, 103, 113, 175, 245, 318, 585, vol. 6, p. 160, 312, 421, 552; vol. 7, p. 85. Alugueis de escravos da Santa Casa encontram-se em SOARES, Ubaldo. op. cit. p. 30 e seg.

²⁴ DIÁRIO da Fábrica de Luz Stearica. v. 1, p. 35, 62, 93, 122, 140, 159, 180, 197, 210, 246, 263, 279, 296, 299, 313, 336, 350, 366, 382, 426, 434; v. 2 p. 419, 428, 433, 442, 453, 468, 481, 487, 536; v. 3, p. 13, 67, 79; v. 4, p. 202, 208, 235; v. 7, p. 217, 219, 245, 284.

1861 e 125.000 em 1862. Nessa época o preço de um escravo orçava em 1:200\$000 sem contar o impôsto pago ao govêrno e as despesas eventuais de captura, enquanto que em 1863 pagava-se um salário de apenas 10.000 réis por mês aos colonos. Estes tinham de trabalhar em média 10 meses apenas para pagar a passagem ao empregador. A fábrica fornecia por ano três calças e duas camisas de algodão, uma esteira, uma manta de algodão, uma colcha de chita, um chapéu de palha, faca, colher, garfo, prato, velas de sebo, a alimentação, o tratamento médico (aplicação de sanguessugas e ventosas pelo barbeiro) e remédios da botica. O custo era de 28.219 réis por ano em 1857-58, exclusive a alimentação que custava 115.200 por ano. Portanto, para indenizar essas despesas feitas pelo empregador o colono teria de trabalhar ao menos 14 meses, provàvelmente devido à elevação dos preços entre 1858 e 1863.²⁵

O salário do colono de fábrica em 1863, 10.000 réis, era bêm superior às gratificações mensais dos escravos (média de 1.800 réis *per capita*), mas ficava muito abaixo do aluguel de escravos, que em 1851 já atingia 12\$000 na Santa Casa de Misericórdia e em 1874 era de 20\$000 na fábrica. Em 1858 um mestre de pedreiro livre ganhava em média 44.200, um servente, geralmente escravo, 31.200 por mês. Era tão vantajoso importar o colono que a fábrica de velas, que empregava 20 escravos em 1856, só alugava sete em 1874 e já não os alugava em 1888.

O acentuado aumento do preço dos escravos de 1820-21 a 1842 deve ter contribuído para uma alta dos salários. A taxa consideravelmente menor de elevação do preço do escravo entre 1842 e 1857 e o declínio do preço de 1857 a 1872, decorrente em parte ao menos da entrada do africano livre e do colono no mercado de trabalho, devem ter reduzido a taxa de elevação dos salários dos trabalhadores manuais.²⁶

²⁵ DIÁRIO da Fábrica de Luz Stearica. v. 2, p. 22, 166, 251, 261, 284, 373 (dados sôbre contratos de colonos e passagens).

DIÁRIO da Fábrica de Luz Stearica. v. 1, p. 5, 7, 8, 218, 219, 230, 296 (dados sôbre roupas, botica, barbeiro, etc.).

²⁶ SOARES, Ubaldo. Op. cit. p. 63 (aluguel de escravo).

Livros de Receita e Despesa da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, números 49 e 50 (Salários de 1858).

O salário de pedreiro aumenta de 1858 para 1866 de uma média de 1.700 para 2.600 réis (diários), o do servente de pedreiro sobe muito pouco de uma média de 1.200 para 1.280. O mestre de pedreiro que ganhava uma média de 3.300 em 1858 passou a receber 3.000 em 1866. Em 1882 o pedreiro tinha um salário médio de 2.000 e o servente de 2.000.

ORDEM Terceira de São Francisco da Penitência. Livros de Receita e Despesa. n.º 49-50 (1858), 63 e 64 (1866) e 123 (1882). Essa evolução dos salários entre 1858 e 1866-1882 contrasta com a alta de 1827 a 1838.

Em 1827 o trabalhador livre de construção recebia uma diária de 960 réis e em 1838 o trabalhador livre de construção mestre tinha uma diária de 1.600 a 2.000, o oficial de carpinteiro de 800 a 1.120. O escravo de aluguel operário de construção ganhava de 480 a 640 réis por dia (pedreiro e carpinteiro) e, em 1838, 1.000 a 1.120 (pedreiro) e 1.080 (carpinteiro).

A gradual desarticulação das corporações no decorrer das décadas de 30 e 40 fez baixar os salários dos mestres, que se aproximaram da remuneração dos oficiais.

É interessante observar que a substituição progressiva do escravo, pelo colono e africano livre e a libertação voluntária dos escravos conjuraram-se para atenuar o impacto que a Abolição da Escravatura pudesse ter sobre os níveis salariais.

Na fábrica de velas nos anos de 1887. 1888 e 1889 a fôlha de pagamento mensal dos operários aparece de forma global incluindo alimentação e pequenas despesas e elevou-se relativamente pouco, de 4:900\$000 a 5:000\$000 em 1887 para 5:200\$000 a 5:800\$000 em 1888, atingindo 6:300\$000 a 6:400\$000 em 1889. Os salários do guarda-livros, 400.000 réis, e do caixeiro, 100.000 réis, permanecem idênticos em 1887, 1888 e 1889. A gratificação do guarda-livros não se alterou. Também não se nota alta nos salários dos trabalhadores manuais, obtidos na Ordem Terceira da Penitência.²⁷

Outro aspecto a considerar é o do aumento do poder aquisitivo do operariado, com a Abolição da Escravatura. A grande massa dos serventes de carpinteiro, pedreiro, ferreiro, etc. era constituída por escravos de aluguel ou escravos de ganho. Todos os escravos de aluguel e a grande maioria dos de ganho e os africanos livres viviam na casa do proprietário, do locador ou do arrematante. Tem-se notícia de que alguns escravos de ganho alugavam alojamento, mas essa prática era a exceção.²⁸

De um modo geral, após a Abolição um grande número de trabalhadores manuais passou a ter de pagar aluguel. É verdade que o escravo de ganho, por exemplo, era obrigado a entregar uma percentagem alta do seu salário ao proprietário. Só encontramos dados relativos a essa percentagem para 1828. Nesse ano o escravo de aluguel pedreiro ganhava 29.120 réis por mês, o carpinteiro 26.000, em média o que equivalia à remuneração do escravo de ganho. Segundo John Baker, o escravo de ganho pagava ao dono de 9.750 a 19.500 réis por mês, descontando os

²⁷ DIÁRIO da Fábrica de Luz Stearica. 1884-1887. v. 7, e 1887-1891. v. 8. Fôlhas de pagamento globais dos operários e salários do guarda-livros e do caixeiro individualizados.

No decorrer de 1888 e 1889 os salários de mestre e servente de pedreiro e de feitor permaneceram iguais, 4.000, 2.000 e 3.000 réis por dia, respectivamente. Livros de Receita e Despesa da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência n.º 147, 148 e 151.

²⁸ ARQUIVO do Estado da Guanabara, documento 6-1-30. Projecto de postura em additamento as posturas de 11 de setembro de 1838. Impresso, sem data, mas aparentemente pouco posterior a 1838. O artigo 14 estabelece que "Fica prohibido aos senhores de escravos o consentirem que elles morem sobre si a pretexto de quitandarem ou por outro qualquer". Nesse artigo são previstas multas para quem alugar moradia a escravo de ganho.

domingos. Portanto, para um salário médio de 27.560 a prestação média de 14.625 representava 53% da remuneração.

Segundo J. F. Von Weech, um quarto modesto no Rio de Janeiro alugava-se por 10\$000 em 1827.²⁹ Portanto, ao menos nessa época, a ordem de grandeza da percentagem entregue ao proprietário é semelhante à do aluguel.

Em 1882, segundo Christopher Columbus Andrews,³⁰ o alojamento do trabalhador no Rio de Janeiro, numa estalagem composta de um quarto, uma sala, de 3 metros quadrados cada peça, e uma cozinha bem menor, custava de aluguel de 14.060 a 22.496 por mês. O aluguel de um quarto de cortiço para casal variava de 9.842 a 12.654 réis por mês. No cortiço havia uma cozinha comum para todos os moradores. O aluguel de quarto de cortiço de solteiro variava de 7.030 a 8.436 por mês. Nesse ano, um servente de pedreiro ou carpinteiro recebia em média 49.400 e se tivesse família teria de despender uma média de 11.248 réis de aluguel de quarto de cortiço, o que representava 22,8% da sua renda mensal. O servente tinha o padrão salarial de escravo de aluguel e de ganho.

Em 1903, segundo jornal da época, o operário de fábrica de tecidos do Rio de Janeiro ganhava em média 78\$000 e pagava de aluguel de casa, para família de quatro pessoas, pertencente à fábrica 60\$000, sendo necessário que a mulher e os dois filhos menores também trabalhassem na empresa para manter a família. A *Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, apresenta cifras mais moderadas e provavelmente mais realistas. De acordo com essa fonte, em 1908 as fábricas de tecidos do Rio de Janeiro estavam alugando casas para famílias operárias por 8\$000, 10\$000 e 30\$000. Nessa oportunidade o jornal se queixava de que os salários dos tecelões tinham sido reduzidos de 1\$300 a 2\$000 por dia, para o nível de 600 a 1\$000 por dia no ano de 1908. Portanto, o aluguel mais baixo representava 44% do salário mínimo e o mais alto 50% do salário máximo. Em 1909, o mesmo jornal informa

²⁹ LIVRO de Receita e Despesa da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. n.º 2, fôlhas 2, 7, 9, 26, 30, 95, 108, 114, 138, 139 (listas de salários).

BAKER, John M., *A view of the Commerce between the United States and Rio de Janeiro*. Washington D.C., 1838. p. 7 e seg.

WILKES, Charles. *Voyage of the United States Exploring Squadron commanded by Charles Wilkes in 1838*. Auburn Editors, Rochester, 1852, p. 47.

WEECH, J. F. von *Reise Uber England und Portugal nach Brasilien und der Vereinigten Staaten des La Plata Stromes während den Jahren 1823 bis 1827*. Gedruckt bei Fr. X. Auer, München, 1831. p. 36.

Uma casa com armazém embaixo, no centro da cidade, custava de aluguel mensal menos de 1:000\$000 nesses anos.

³⁰ ANDREWS, Christopher Columbus. *Brazil its condition and prospects*. New York, D. Appleton and Company, 1887. p. 38 e seg.

que as fábricas alugavam aos operários terreno para construir barraco por 7\$000 por mês e o direito de uso de água por 3\$000 por mês.³¹

À medida que avança o século XX a alta dos gêneros alimentícios acentuou-se e, em 1917, há uma série de greves operárias. O aumento salarial mais significativo nesse período ocorreu em 1918, portanto com uma decalagem em relação à onda inflacionária.³²

Considerando-se os fatores já analisados, que contribuíam para reduzir os aumentos salariais, a aceleração da alta dos gêneros essenciais da alimentação do operariado e trabalhadores manuais autônomos e o valor elevado dos aluguéis no orçamento familiar, nota-se que a reimplantação do sistema de monocultura de exportação não foi favorável a uma melhoria do padrão de vida do trabalhador manual, apesar do surto de industrialização desse período. No entanto, na primeira metade do século, durante a fase de declínio das exportações de produtos tropicais mais importantes das últimas décadas do século XVIII e do início do século XIX, o padrão de vida do trabalhador manual tendeu a se elevar.

A alta dos preços dos gêneros de alimentação básicos parece estar diretamente vinculada ao predomínio da *plantation* em detrimento da lavoura de subsistência. É interessante notar que produtos básicos, como o feijão preto, passaram a ser importados do Rio Grande do Sul, a farinha de mandioca de Magé e Suruy foi substituída na praça do Rio de Janeiro pela de Pôrto Alegre. O abastecimento de açúcar mascavo de Campos teve de ser suplementado pelo do Nordeste. A farinha de trigo que vinha do sul em maior proporção e do estrangeiro em menor percentagem passou a ser suprida na sua maior parte pelos Estados Unidos. O bacalhau e a carne seca já eram comprados no exterior, desde época remota, tendo sido o fornecimento do primeiro produto monopólio do Reino durante o período colonial. A carne seca provinha do Rio Grande do Sul e do Prata, mas esta última tendeu a prevalecer no mercado do Rio de Janeiro. O toucinho era importado tradicionalmente de Minas Gerais e do Estado do Rio, predominando o de Minas. Somente a manteiga de Magny Isiguy foi substituída, no período de guerra de 1914-1918, pela de Minas Gerais, após uma intensa campanha de descrédito da manteiga francesa.

³¹ BRASIL Operário, 16 jun. 1903.

Voz do Trabalhador, 2 agô. 1908.

Voz do Trabalhador, 6 de dez. 1908.

Voz do Trabalhador, 9 de dez. 1909.

³² FÔLHAS de Pagamento da Fábrica de Luz Stearica.

Se por um lado a acumulação capitalista baseada nas exportações do café, na liberação de capitais investidos no tráfico negreiro e na entrada de capitais estrangeiros financiou o desenvolvimento industrial da segunda metade de século, também impôs limitações a êsse surto fabril, provocando uma alta dos alimentos e influenciando no padrão salarial que não permitia uma grande ampliação do poder aquisitivo do mercado interno.

APÊNDICE ESTATÍSTICO

Neste apêndice é apresentada a metodologia utilizada para o cálculo dos índices de custo de alimentação, mencionados no texto anterior. Nas tabelas finais são apresentados os três índices calculados e as três ponderações utilizadas.

A fórmula básica para o cálculo das variações anuais de preços tem a seguinte forma:

$$V_i = \frac{\sum_{j=1}^n \frac{P_{ij}}{P_{i-1j}} q_j}{\sum q_j} \quad (1)$$

sendo:

V_i = Variação de preços no ano i em relação ao ano $i - 1$

P_{ij} = preço do produto j no ano i

q_j = ponderação do produto j , em valor

Os dados de preços coletados originalmente eram mensais, no entanto, devido a falha muito freqüente de observações, optou-se pelo cálculo de índices anuais utilizando-se a média aritmética simples dos preços mensais.

No cálculo da média anual de preços, aplicou-se um teste para detenção de valores extremos e os preços não aceitos pelo teste foram eliminados da amostra.

Para aplicação do teste calculou-se para o preço mensal de cada produto uma variável t , assim definida:

$$t = \frac{\tau \sqrt{n-2}}{\sqrt{n-1-\tau^2}} \quad (2)$$

sendo:

$$\tau = \frac{x_i - \bar{x}}{s} \quad (3)$$

onde:

$$\bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad (4)$$

a média anual de preços de cada produto

$$s = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}{n}} \quad (5)$$

a estimativa do desvio-padrão da amostra

x_i = o preço mensal observado

n = o número de preços observados no ano.

Como a variável t tem distribuição de Student com $n - 2$ graus de liberdade rejeitaram-se os preços observados quando

$$|t| > T_{5\%}$$

Sendo $T_{5\%}$ o valor da tabela da distribuição T com $n - 2$ graus de liberdade a um nível de significância de 5%.

Os produtos utilizados na elaboração dos índices foram açúcar, arroz, bacalhau, café, charque, farinha de trigo, farinha de mandioca, feijão e manteiga, perfazendo um total de 9 (nove) produtos. Houve anos, entretanto, que não foi possível levantarem-se informações de preços de todos os 9 produtos, sendo que o número de preços observados em cada ano é apresentado ao lado da tabela de índices para uma melhor avaliação do nível de confiabilidade nos índices em cada ano.

Com a variação, de ano para ano, do número de preços observados, foi necessária a utilização de certos artifícios para cálculo da fórmula (1).

Inicialmente fêz-se igual a zero tôdas as médias de preços anuais não existentes e calculou-se a fórmula (1)

$$V_i = \frac{\sum_{j=1}^9 \frac{p_{ij}}{p_{i-1,j}} q_j}{\sum q_j}$$

para $p_i \neq 0$ e $p_{i-1,j} \neq 0$

Em seguida, antes de se calcular V_{i+1} , fêz-se $P_{ij} = P_{i-1,j} \cdot V_i$ para todo $P_{ij} = 0$

As variações anuais de preços são apresentadas na tabela 1, em forma de índices encadeados com base em 1820 fazendo-se:

$$I_{1820} = 100 \quad e$$

$$I_i = I_{i-1} \cdot V_i$$

TABELA 1

Ano	Índices de preços			Número de preços observados
	Ponderação de 1856	Ponderação de 1919	Ponderação de 1949	
1820	100.0000	100.0000	100.0000	8
1821	97.0436	84.3976	87.1962	7
1822	95.5847	92.4513	94.6250	7
1823	101.1141	87.8292	96.3656	9
1824	106.9847	90.6225	96.5888	8
1825	104.2376	112.0657	109.2759	7
1826	110.9757	173.6692	150.0363	5
1827	144.1383	185.5780	173.1311	7
1828	177.4301	205.9378	193.8953	8
1829	158.8534	258.5761	229.8897	7
1830	140.9910	224.7700	202.4253	5
1831	142.1306	222.3555	201.7974	3
1832	104.0941	123.5582	105.1920	3
1833	171.6304	217.4286	208.0961	5
1834	191.8345	246.8112	255.3258	6
1835	137.9456	211.8917	205.4985	7
1836	150.2346	235.7072	222.0599	7
1837	251.1081	293.3746	289.9477	6
1838	349.9053	332.7526	333.9509	6
1839	273.5666	310.9513	307.8905	7
1840	289.9849	368.3212	353.7254	5
1841	289.9824	368.3175	353.7235	5
1842	375.8106	247.1853	291.3306	9
1843	423.0115	306.2141	321.9357	9
1844	473.0660	260.6221	280.2518	9
1845	438.7577	292.7678	316.4720	9
1846	539.9327	340.8674	378.4691	9
1847	522.2507	322.8034	368.3286	9
1848	581.0211	357.1217	387.8529	9
1849	461.2520	318.8818	339.2985	9
1850	372.6422	280.8421	298.7318	9
1851	340.8492	291.3181	297.1594	9

(continuação)

Ano	Índices de preços			Número de preços observados
	Ponderação de 1856	Ponderação de 1919	Ponderação de 1949	
1852	394.1658	322.2124	336.4423	9
1853	685.7012	398.9586	450.4982	9
1854	892.3898	475.0929	538.4790	9
1855	883.3513	532.8892	592.9595	9
1856	1094.4958	573.3259	652.5357	9
1857	1120.1586	531.8768	610.3156	9
1858	1096.1784	530.6621	580.2578	9
1859	1300.2231	555.1955	656.1770	9
1860	1310.0849	534.4947	646.8082	9
1861	1065.7744	507.7617	624.7633	9
1862	860.0358	525.2292	642.4609	9
1863	804.4201	458.0800	549.9892	9
1864	906.7189	536.5682	632.6912	9
1865	1065.9863	650.2603	768.2459	9
1866	1399.7011	740.2598	875.8133	9
1867	1326.5136	807.6444	934.9022	9
1868	1437.1464	957.0948	1086.6496	9
1869	1820.6601	913.7219	1070.4301	9
1870	1676.9013	949.9221	1065.4367	9
1871	1443.7624	893.3118	1003.0819	9
1872	1557.7368	891.0104	1056.7983	9
1873	1515.8703	923.3524	1087.9555	9
1874	2023.5769	923.2755	1131.4584	9
1875	1713.6716	872.3795	1008.3271	9
1876	1942.5620	973.0607	1083.9580	9
1877	2441.1840	1117.7216	1335.7036	9
1878	2785.2021	1067.9851	1351.2793	9
1879	2557.0756	1055.5737	1249.7194	9
1880	2294.4179	1053.7463	1240.3786	9
1881	2346.0268	1076.8608	1262.2988	9
1882	2491.6108	1117.5463	1298.8374	9
1883	2468.8960	1112.4001	1291.5698	9
1884	2383.4194	997.0905	1207.2568	9
1885	2550.0595	1149.1926	1478.8498	2
1886	2297.9360	923.2258	1138.3210	9
1887	2315.7973	882.6420	1108.2150	9
1888	2273.3413	830.9968	1076.7011	9
1889	3131.7627	914.8791	1248.6198	9
1890	3215.1220	984.7506	1292.8579	9
1891	3643.9624	1257.4514	1615.5185	9

(continuação)

Ano	Índices de preços			Número de preços observados
	Ponderação de 1856	Ponderação de 1919	Ponderação de 1949	
1892	4957.7558	1804.4699	2381.2612	9
1893	5899.4677	1925.9499	2591.3188	9
1894	6773.4404	1865.0009	2516.9951	9
1895	6164.6445	1765.1992	2382.0390	9
1896	8358.9121	2259.4834	3149.2836	9
1897	9323.7676	2677.2983	3722.2221	9
1898	8990.0566	2827.5971	3781.4809	9
1899	8783.4433	2771.7934	3531.2558	9
1900	7973.8877	2405.4492	3170.3061	9
1901	7277.3574	1974.6533	2739.8310	9
1902	6646.9160	1823.8542	2518.2065	9
1903	6332.2500	1862.6779	2470.0537	9
1904	6656.7851	1971.5532	2704.6650	9
1905	6097.9834	1764.4477	2368.7763	9
1906	6532.1543	2153.5131	3201.0693	2
1907	6843.7216	2041.8867	2762.3969	9
1908	6899.3105	2086.7988	2756.0835	9
1909	6543.5019	1985.8930	2691.4580	9
1910	5956.4287	1839.8310	2531.6430	2
1911	7233.2334	2055.6689	2899.7924	9
1912	7044.8867	2219.0415	3047.2368	9
1913	7219.0117	2173.6469	2940.1582	9
1914	7263.9433	2051.5566	2880.2036	9
1915	9107.7226	2922.3837	4010.4218	8
1916	10842.6015	3083.5849	4151.1630	9
1917	12828.0488	3735.3906	5031.0175	9
1918	17036.1289	4441.1836	5955.3515	9
1919	26787.0508	5849.7548	9216.5429	3
1920	26107.6055	6420.8672	9327.5215	3
1921	15833.0176	5417.7812	7482.0263	9
1922	16470.5977	5216.2949	7536.8261	9
1923	19764.9141	7049.3466	9567.3144	9
1924	28766.6992	8681.1484	12291.6191	9
1925	37737.9141	9371.9980	14151.8633	9
1926	23923.8945	8461.8691	11606.0586	9
1927	23273.8984	8646.3633	11952.6836	9
1928	26454.4531	8661.9004	12490.5000	9
1929	27134.8750	9136.0898	13107.6289	9
1930	23728.9336	7468.9394	10221.7344	9

TABELA 2

Produtos	Ponderações		
	1856	1919	1949
1. Açúcar	1.98	15.48	9.52
2. Arroz	11.34	8.41	11.90
3. Bacalhau	2.28	5.26	4.76
4. Café	3.40	4.87	9.52
5. Charque	16.80	11.68	7.14
6. Farinha de trigo	5.65	29.00	28.58
7. Farinha de mandioca	37.62	2.04	4.76
8. Feijão	20.93	2.23	9.52
9. Manteiga	0.0	21.03	14.30

Fonte: 1856. *Diário da Companhia de Luz Stearica.*

1919. AFFONSECA JUNIOR, Leo. *O custo de vida na cidade do Rio de Janeiro.*

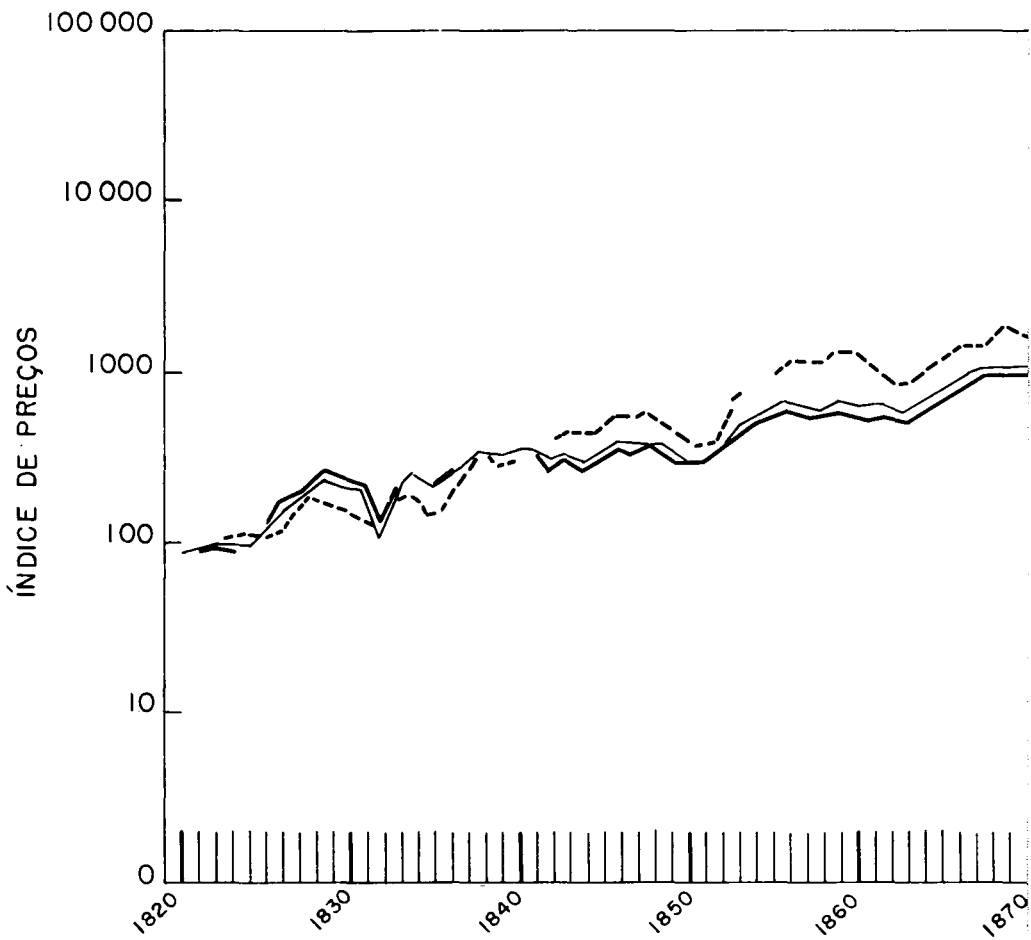
1949. *Conjuntura Econômica*, Fundação Getulio Vargas, 3 (3) mar. 1949.

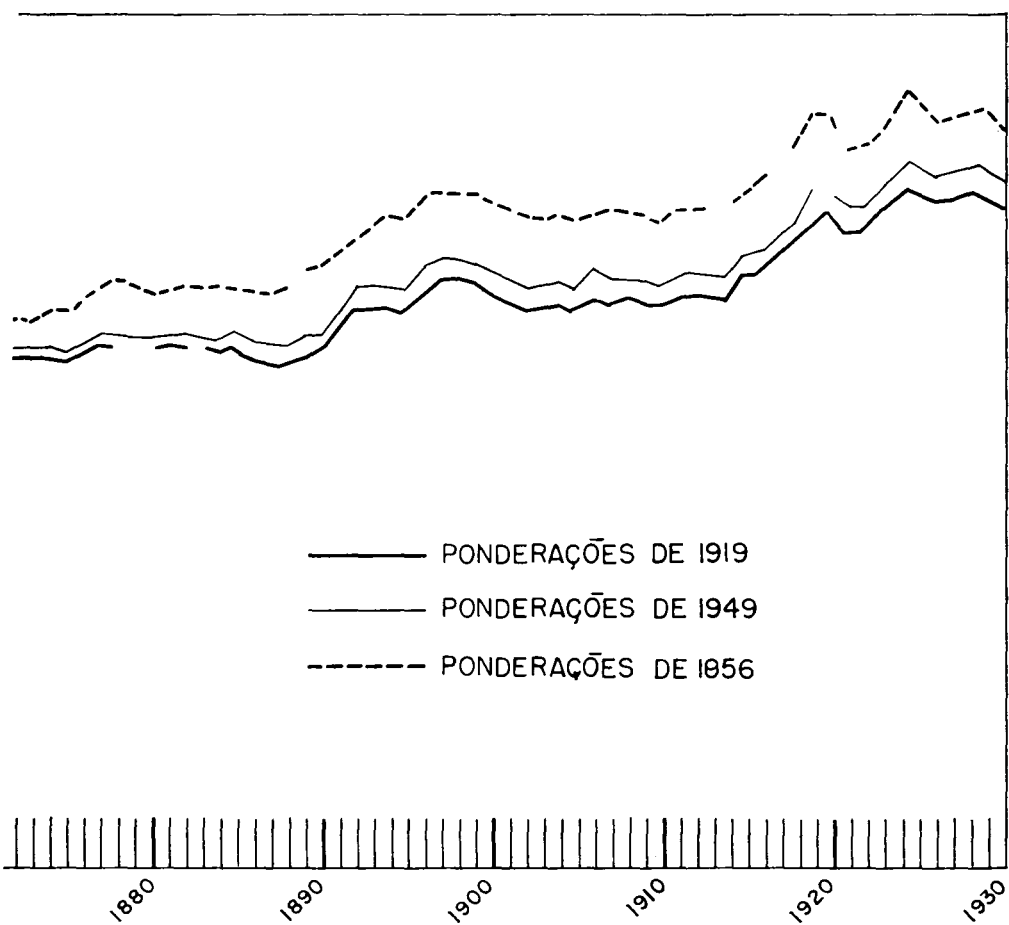
Os índices aqui apresentados devem ser encarados com as seguintes restrições:

a) Cada um dos três índices corresponde a uma classe social diferente, conforme observado no texto anterior.

b) O grau de confiabilidade nos valores dos índices reduz-se para anos muito distantes daqueles das ponderações, devido às mudanças nas estruturas de consumo.

c) Os valores dos índices calculados podem não ser muito representativos para os anos em que o número de preços observados é reduzido (cinco ou mais produtos podem ser tomados como uma boa média).





ESCOLA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DA FGV

O Economista brasileiro já pode fazer seu curso de Pós-Graduação no Brasil.

A Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas foi criada para manter cursos de nível internacional, contando com professores nacionais e estrangeiros.

A vantagem é dupla. As deficiências ocasionais na formação profissional são corrigidas e o aluno não se desvincula da realidade brasileira, seu campo prioritário de trabalho.

Os cursos duram dois anos e, anualmente, são fornecidas 20 bolsas reajustáveis de acordo com a alta do custo de vida.

Os candidatos prestam exames em outubro, desde que sejam Economistas formados ou que estejam cursando o 4.º ano de sua Faculdade. No último caso, deverão apresentar certificado de conclusão do curso até janeiro.

Os exames serão realizados em todas as capitais de Estados, sendo fornecidas aos aprovados passagens para o Estado da Guanabara. As aulas se iniciam todos os anos no dia 16 de janeiro, estendendo-se até o dia 15 de dezembro, com férias de 30 de junho a 16 de julho.

Maiores informações podem ser obtidas na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) — Fundação Getúlio Vargas — Praia de Botafogo, 190 — 10.º andar — Rio de Janeiro (GB) — ZC-02.